

ULISBOA

Revista da Universidade de Lisboa | 36 | Março 2026

CONSTITUIÇÃO
CIÊNCIA
CULTURA

DESIGNING SUSTAINABLE FUTURES



EXPOSIÇÃO

21 MAR - 31 JUL 2026

CURADORIA DE ANA MESTRE

PAVILHÃO DE PORTUGAL

UNIVERSIDADE DE LISBOA



ORGANIZAÇÃO:

U LISBOA UNIVERSIDADE DE LISBOA

b a ebeba belas-artes ulisboa

**FUTURE@
WORLDS**

APOIOS:

REPÚBLICA PORTUGUESA

dgARTES DIREÇÃO REGIONAL DE ARTES

LISBOA CEMANA MUNICIPAL

sus design SUPORTE TÉCNICO: SUSANNE BERNARDI

OLHAR PARA O
PASSADO PARA
PREPARAR O
FUTURO. É ISSO
QUE FAZEMOS
NESTE NÚMERO DA
REVISTA ULISBOA,
DANDO ESPECIAL
ATENÇÃO A DOIS
TEMAS.

Lembramos os cinquenta anos da Constituição de 1976, um momento de importância central no estabelecimento do regime democrático, e no qual a ULisboa, através de vários dos seus docentes da Faculdade de Direito, teve um papel relevante. E olhamos para o futuro, dando notícia do estudo recente que mostra que a ULisboa é a universidade com os melhores índices de empreendedorismo no nosso país, e mostrando como, na ULisboa, a inovação se conjuga com a investigação fundamental. Sobre a Constituição, falámos também com Luís Pereira Coutinho, docente da Faculdade de Direito, e a propósito de investigação e inovação, com a vice-reitora Cecília Rodrigues.

Mas estes não são os únicos assuntos deste número. Entrevistamos Helena Fonseca, professora da Faculdade de Medicina e coordenadora da Unidade de Medicina do Adolescente da Clínica Universitária de Pediatria, que foi distinguida em 2025 como Centro Colaborativo da Organização Mundial de Saúde, e falamos também com Rita Tomé Rocha, a diretora executiva do Pavilhão de Portugal, que nos resumiu o primeiro ano de actividades após a reabertura deste edifício emblemático da cidade, agora parte da ULisboa.

E depois, como sempre, as rubricas habituais: Helena Roseta, antiga aluna da ULisboa, escreve «Sobre» a Assembleia Constituinte; para nos falar de «4 Coisas», convidámos Dora Lucas Neto, Juíza Conselheira do Tribunal Constitucional; e em «Quem lê por último», Mariana Liz, da Faculdade de Letras, sugere a leitura de *Buscas de Felicidade*, de Stanley Cavell.

ÍNDICE

1 - 2

Editorial
Índice

3

Notícias

6 - 7

Sobre

A Lição da Constituinte

HELENA ROSETA

4 Coisas

Dora Lucas Neto

8

Constituição



12

Luís Pereira Coutinho



16

As duas faces de Jano



22

Cecília Rodrigues

24

Helena Fonseca

28

Pavilhão de Portugal

RITA TOMÉ ROCHA



32

Quem lê por último

Mariana Liz lê

Buscas da Felicidade



Edição e propriedade | Universidade de Lisboa • Departamento de Arquivo, Documentação e Publicações

Diretor | Henrique Leitão

Direção executiva e produção | Ana Silva Rigueiro

Redação e comunicação | Ana Luísa Valdeira
Gonçalo Gomes • Helena Carneiro

Fotografias | André Farias Filipe • Duarte Pinheiro

Capa | Código digital (gerado por IA) via rawpixel

Design gráfico | Ana Luísa Valdeira

Impressão | Lidergraf – Sustainable Printing

Tiragem | 10 000 exemplares

Periodicidade | março, maio, outubro e dezembro

Assinaturas e distribuição
imprensa@reitoria.ulisboa.pt

Depósito legal | 418564/16

ISSN | 2183-8844

Contactos gerais
Imprensa da Universidade de Lisboa
Alameda da Universidade - Cidade Universitária
1649-004 Lisboa • Portugal
Tel.: +351 217 904 750 - Ext. 519 752
E-mail: imprensa@reitoria.ulisboa.pt

Distribuição Gratuita

UI
**IMPRESA
DA UNIVERSIDADE
DE LISBOA**



Irene Fonseca © Universidade Carnegie Mellon

Irene Fonseca Prémio Universidade de Lisboa 2024

O Prémio Universidade de Lisboa 2024 foi atribuído a Irene Fonseca, uma das figuras mais influentes da Matemática contemporânea. A decisão foi anunciada a 4 de março de 2026 pelo júri do prémio. A distinção reconhece a liderança científica internacional de Irene Fonseca e o impacto do seu trabalho na matemática contemporânea. O júri destacou ainda um percurso académico marcado por grande rigor e mérito, que teve início na Universidade de Lisboa e que contribuiu para afirmar Portugal no panorama científico internacional.

Irene Fonseca iniciou o seu percurso académico na Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa, onde concluiu a licenciatura em Matemática em 1980, prosseguindo depois para os Estados Unidos, onde realizou o mestrado e o doutoramento. Ingressou na Universidade de Carnegie Mellon (CMU) em 1987, onde se tornou professora catedrática, e dirige desde 1998 o Center for Nonlinear Analysis (CNA), que consolidou como centro de ex-

celência reconhecido internacionalmente. A investigação de Irene Fonseca centra-se sobretudo no cálculo das variações e nas equações diferenciais parciais, com aplicações que cruzam áreas como a ciência dos materiais, a física e a visão por computador. Ao longo da sua carreira publicou mais de 150 artigos científicos em revistas científicas de referência, tornando-se uma referência mundial nestes domínios.

Criado pela Universidade de Lisboa com o apoio da Caixa Geral de Depósitos, o Prémio Universidade de Lisboa distingue, em cada edição, uma personalidade que tenha contribuído significativamente para o avanço da ciência ou da cultura e para a projeção internacional do país. Entre os galardoados em edições anteriores estão Adriano Moreira, Nuno Teotónio Pereira, Jorge Calado, Maria de Sousa, António Borges Coelho, Gonçalo M. Tavares, António Guterres, Maria do Carmo Fonseca, Luís Portela e Vítor Cardoso.



© Instituto Superior Técnico

Ricardo Araújo com bolsa ERC

Ricardo Araújo, docente do Instituto Superior Técnico da ULisboa e investigador no Centro de Recursos Naturais e Ambiente (CERENA), foi distinguido com uma bolsa do European Research Council (ERC).

O financiamento, de 2 milhões de euros, permitirá avançar com o Projeto DAEDALUS, uma proposta que procura determinar quando surgiu a endotermia – a capacidade de manter uma temperatura corporal estável – na linhagem que liga os dinossauros às aves. O projeto recorre ao índice de termo-motilidade (TMI), uma métrica biofísica que resulta da análise da anat-

mia dos canais semicirculares do ouvido interno. Estes canais, que desempenham funções no equilíbrio e na perceção do movimento, apresentam características cuja relação com a temperatura corporal pode ser quantificada. «O TMI permitirá, assim, estimar temperaturas corporais em espécies extintas a partir de dados anatómicos presentes nos fósseis», explica Ricardo Araújo. A hipótese central do projeto aponta para o surgimento da endotermia durante o Triásico. Para validar o TMI, a equipa terá de suprir limitações de dados: «Atualmente, existem dados de viscosidade para apenas uma espécie de ave (o pombo) e nenhum réptil», aponta. O projeto inclui ainda o estudo da relação de escala entre o labirinto ósseo e o labirinto membrano-oso em diferentes grupos de vertebrados, de modo a aprofundar o conhecimento sobre os tecidos moles do ouvido interno. À equipa vão juntar-se também otorrinolaringologistas, veterinários, biólogos, e engenheiros, estando previstas mais escavações em Portugal e em Moçambique.

Reitoria Aberta

A Universidade de Lisboa iniciou, em 2026, uma iniciativa que aproxima o reitor e a equipa reitoral de toda a comunidade académica. Trata-se da Reitoria Aberta, uma edição mensal que pretende ser um momento de diálogo construtivo entre a Universidade de Lisboa e as diferentes Escolas. Esta iniciativa tem como objetivo reforçar a importância da partilha entre os órgãos de governo central da Universidade e todos os seus membros, contando com a participação ativa de docentes, estudantes e colaboradores de todas as unidades de ensino da ULisboa. A primeira edição teve lugar no dia 6 de janeiro de 2026, na Faculdade de Medicina, e a segunda no dia 13 de fevereiro, na Faculdade de Letras. Todos os meses haverá uma Reitoria Aberta que será divulgada pela Escola anfitriã.

Semana da Saúde & Bem-Estar na ULisboa

De 28 a 30 de abril 2026, a Universidade de Lisboa convida à participação na Semana da Saúde & Bem-Estar na ULisboa, aberta a toda a comunidade académica da ULisboa. Serão três dias com conversas inspiradoras e atividades para cuidar do que mais importa: a saúde e o bem-estar. Haverá oportunidade para descobrir o poder do autocuidado, falar sobre resiliência e saúde mental, e refletir sobre identidade e autoimagem com convidados especialistas na área, *workshops* práticos, mesas redondas, atividades desportivas e de relaxamento. A não perder também a Tenda da Saúde e do Bem-Estar, com rastreios, *apps*, simuladores e dicas para um estilo de vida equilibrado.



© Ana Luísa Valdeira

Gonçalo M. Tavares

O escritor português Gonçalo M. Tavares foi distinguido com o Prémio Formentor das Letras 2026. Torna-se o primeiro escritor português a receber esta distinção, considerada uma das mais prestigiadas da literatura internacional. De acordo com o júri, o prémio foi atribuído «pela ousadia com que construiu uma narrativa alheia às tentações do óbvio e por contar a epopeia paradoxal do desvio contemporâneo».



Exposição *Designing Sustainable Futures*

Como desenhamos um futuro melhor? O que acontece quando o *design* se junta à biologia e à engenharia? Como é que as técnicas ancestrais contribuem para a sustentabilidade? Como é que os resíduos podem dar vida a novas soluções de *design*?

A exposição *Designing Sustainable Futures* convida famílias, estudantes e curiosos a descobrir como o *design*, a ciência e a natureza se unem para responder aos desafios do nosso planeta. De 21 de março a 31 de julho de 2026, o Centro de Exposições do Pavilhão de Portugal acolhe uma exposição pensada para todas as gerações. Com curadoria da *designer* Ana Mestre, que celebra 25 anos de carreira, e a participação de investigadores da Universidade de Lisboa, esta é uma oportunidade rara para conhecer projetos inovadores que saem dos laboratórios e gabinetes diplomáticos diretamente para o olhar do público.

Estarão expostas peças de *design* de excelência e soluções reais para a economia circular e a sustentabilidade. O percurso ex-

positivo distribui-se por dois núcleos: o primeiro intitula-se *Os Sentidos da Floresta* e oferece uma experiência imersiva que desafia os visitantes a vivenciar os cinco sentidos da floresta; o segundo, *Designing Future Dialogues*, apresenta o que acontece quando o *design* se junta à biologia e à engenharia e de que forma as técnicas ancestrais podem contribuir para o processo. Neste laboratório de mundos futuros, o visitante poderá tocar, experimentar materiais e aprender como a ciência salva o planeta. Haverá oficinas e *workshops* dinamizadas por estudantes da Faculdade de Belas-Artes da Universidade de Lisboa, promovendo um ambiente acolhedor, colaborativo e cheio de energia criativa. A participação é gratuita, mediante inscrição.

Datas: 21 de março a 31 de julho de 2026

Local: Centro de Exposições do Pavilhão de Portugal

Horário: de terça-feira a domingo, das 10h às 18h

A LIÇÃO DA CONSTITUINTE

Helena Roseta *



Em 1974, vivíamos há 48 anos em ditadura. Guerra colonial, censura, presos políticos, inflação a 30 %, falta de direitos e pobreza matavam as esperanças de futuro. A vitória do Movimento das Forças Armadas (MFA) no dia 25 de abril foi por isso acolhida com enorme júbilo. O seu Programa prometia restaurar as liberdades, pôr fim à guerra, viabilizar a autodeterminação dos povos das colónias e lançar novas políticas para o «aumento progressivo, mas acelerado, da qualidade de vida de todos os Portugueses».

Entre 1974 e 1976, durante o chamado Processo Revolucionário em Curso (PREC), Portugal viveu mudanças vertiginosas e profundas. Mudou o regime, o território, a população e o relacionamento internacional. O poder político estava nas mãos do Presidente da República e do MFA, que detinham legitimidade revolucionária mas estavam divididos. Os mais radicais, inspirados pelas revoluções russa e cubana, pretendiam acelerar as mudanças sociais e económicas, enquanto os moderados insistiam na prioridade ao voto popular. Os socialistas e as forças à sua direita defendiam uma democracia parlamentar a que chamavam «pluralista»; os comunistas e as forças à sua esquerda queriam uma democracia de poder popular a que chamavam «unitária». Entretanto, nas ruas, reclamavam-se todos os direitos e tomava-se partido por uns ou por outros.

Fracassado em 11 de março de 1975 o golpe militar de extrema-direita de Spínola, a Assembleia do MFA é constituída, aprova a nacionalização da banca e dos seguros e propõe a criação do Conselho da Revolução. Presente na reunião, o Presidente da República, general Costa Gomes, assume o compromisso essencial: «Haverá eleições».

A duas semanas das eleições para a Constituinte é assinado o Pacto MFA-Partidos, um acordo que se comprometia a garantir na Constituição um período de transição em que se manteria uma tutela militar do novo regime. O Conselho da Revolução fiscalizaria a constitucionalidade das leis e a Assembleia do MFA, juntamente

com uma Assembleia Legislativa eleita, elegeria o Presidente da República. Nas urnas, PS, PPD (actual PSD) e CDS obtêm uma larga maioria. Em julho, a Assembleia do MFA aprova o Documento-Guia da Aliança Povo-MFA, que propunha a criação de uma Assembleia Popular Nacional com duas câmaras, uma militar e outra civil, que seria composta por representantes de comissões de trabalhadores e de moradores, sem sufrágio universal e sem partidos políticos. No mês seguinte, os militares moderados respondem com o Documento dos Nove em defesa da democracia pluralista. Cresce a tensão entre militares e multiplicam-se as mobilizações populares de apoio a cada um dos lados. A 25 novembro de 1975 uma nova confrontação militar termina com a derrota dos radicais e o recuo do PCP. Os contornos deste momento culminante do PREC ainda hoje dividem partidos e opiniões, mas foi a partir daí que se desbloqueou o impasse constitucional sobre a configuração dos órgãos de soberania.

Em fevereiro de 1976 o Conselho da Revolução acordou com os partidos uma revisão do Pacto MFA-Partidos que estabeleceu um novo compromisso: seria eliminada a Assembleia do MFA com poderes constitucionais, mas manter-se-ia transitoriamente durante cinco anos a fiscalização da constitucionalidade pelo Conselho da Revolução. O sufrágio universal e o papel dos partidos políticos seriam garantidos. A nova Constituição foi finalmente aprovada e entrou em vigor no dia 25 de abril.

Vivi intensamente este período como deputada eleita pelo PPD. Intervim na formulação dos direitos à habitação e ao ambiente, ambos inscritos pela primeira vez na Constituição (artigos 65 e 66). Passaram 50 anos, a Lei Fundamental teve várias revisões, mas o núcleo essencial dos direitos e da estrutura do Estado democrático venceu a prova do tempo. Pergunto-me muitas vezes como foi possível, no ambiente político e social tão fraturado e agitado que caracterizou o PREC, alcançar este resultado. Só me ocorre uma resposta: apesar de todas as diferenças, os deputados deram o seu melhor para estar à altura do sonho aberto pelo 25 de Abril. Essa é talvez a maior lição da Constituinte.

DORA LUCAS NETO *



ARTIGO 1.º

Cada palavra conta, como na poesia. É no artigo 1.º da Constituição da República Portuguesa de 1976 que o princípio da dignidade da pessoa humana surge como referente axiológico que liga as partes do todo, num feixe de direitos que dele dimanam, que nele se fundam e que a ele regressam de cada vez que se cumprem, numa sociedade democrática e aberta, de vocação abrangente e inclusiva, empenhada na construção de uma sociedade *livre, justa e solidária*. E por isso é tão importante que se colha do artigo 2.º o princípio do Estado de direito democrático, que coloca a ação do Estado no quadrante da defesa dos direitos fundamentais, para que, tal como Sophia, livres possamos habitar *a substância do tempo*.

ARTIGO 13.º

Tal como numa orquestra, todos os instrumentos contam. Artigo 13.º da Constituição. Princípio da igualdade. A ideia de que a dignidade pessoal e as consequências jurídicas que dela decorrem, os direitos fundamentais, não premeiam a excelência cívica de *algumas* pessoas, antes radicam na humanidade de que *todas* participam igualmente, enquanto atributo da pessoa *per se* e não apenas do cidadão ilustre ou exemplar, é o mais profundo dos compromissos da nossa democracia constitucional. Nascer igual, implica que se respeite a medida da diferença de cada um de nós e dos outros. A justiça impõe-se, como princípio objetivo, reconduzindo-se, na sua essência, a uma ideia de igualdade e de proporcionalidade.

ARTIGO 26.º

Tal como o sonho, liberta. O artigo 26.º, n.º 1, a todos reconhece os direitos à *identidade pessoal* e ao desenvolvimento da *personalidade*. Daqui brotam algumas liberdades pessoais, como a liberdade de expressão (artigo 37.º), a liberdade de criação cultural (artigo 42.º) ou a liberdade de manifestação (artigo 45.º). E, tal como na canção de *A Garota Não*, «se a Liberdade é a chamada/Nunca mudemos de assunto» (bis). Atentemos, pois, para que a liberdade, nome maior, não apenas do cancionero ou da literatura, mas da nossa matriz constitucional conquistada, se, como diz Cervantes, aos homens foi dada, nunca mais se ache posta em causa.

ARTIGOS 69.º e 72.º

Os mais novos (artigo 69.º) e os mais velhos (artigo 72.º) da nossa sociedade. O que nos distingue enquanto civilização é a empatia. Para a antropóloga americana Margaret Mead, o primeiro vestígio de civilização humana é um fémur partido, mas cicatrizado, há mais de 15 mil anos, porque significa que alguém cuidou daquela pessoa. Num Estado social de direito, como o nosso, cumpre-se também através do dever estatal de promoção de acesso individual a bens jusfundamentalmente protegidos, para corrigir desigualdades, garantir justiça social e assegurar um nível de vida digno. Tal como um fémur curado. É isto. E é tanto.

* Juíza Conselheira do Tribunal Constitucional e alumna da Faculdade de Direito da ULisboa
Fotografia de Dora Lucas Neto © Acervo Pessoal

Diga 33, A Garota Não
© 2024 A garota não



CONSTITUIÇÃO

50 ANOS DE UMA SOCIEDADE EM CONSTRUÇÃO



Assembleia Constituinte © Jornal O Século

Em 2026 celebram-se cinquenta anos da entrada em vigor da Constituição da República Portuguesa, o texto fundador da nossa democracia. Aprovada na Assembleia Constituinte, na sequência da Revolução de 25 de Abril, a Constituição tornou-se o marco jurídico e simbólico da transição de Portugal para um Estado de direito democrático. Entre os protagonistas desse momento está Jorge Miranda, professor catedrático jubilado da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, deputado eleito à Assembleia Constituinte em 1975 e uma das vozes mais respeitadas do constitucionalismo português. O seu testemunho ajuda-nos a compreender não apenas o processo político, mas também a densidade moral e histórica da Constituição.

A LEGITIMIDADE DAS URNAS

Coimbra, 25 de Abril de 1975 –
Eleições sérias, finalmente. E foi nestes cinquenta anos de exílio na pátria a maior consolação cívica que tive. Era comovedor ver a convicção, a compostura, o aprumo, a dignidade assumida pela multidão de eleitores a caminhar para as urnas, cada qual compenetrado de ser portador de uma riqueza preciosa e vulnerável: o seu voto, a sua opinião, a sua determinação. (...) O que faz o aceno da liberdade, e como é angustioso o risco de a perder!

Miguel Torga, *Diário XII*



Eleições para a Assembleia Constituinte, 25 de Abril de 1975
© Assembleia da República



Helena Roseta na Assembleia Constituinte © Acervo pessoal

As eleições para a Assembleia Constituinte, realizadas no dia 25 de abril de 1975, exatamente um ano após a Revolução dos Cravos, registaram uma participação de 91 %, a mais elevada da história eleitoral portuguesa. Depois de décadas de ausência de sufrágio livre, o voto representava muito mais do que um ato formal: era a reconquista da cidadania, como bem descreve Miguel Torga, no seu *Diário XII*.

A liberdade, recém-adquirida, era sentida como indispensável e vulnerável ao mesmo tempo. Esse ambiente explica o espírito de responsabilidade que marcou o desempenho dos deputados da Assembleia Constituinte. Foram eleitos 250 deputados: 116 pelo Partido Socialista (PS), 81 pelo Partido Popular Demo-

crático (PPD), 30 pelo Partido Comunista Português (PCP), 16 pelo Centro Democrático Social (CDS), 5 pelo Movimento Democrático Português (MDP/CDE), 1 pela União Democrática Popular (UDP), e 1 pela Associação de Defesa dos Interesses de Macau (ADIM). Não havia nenhum partido que tivesse a maioria. Isso significava que nenhuma norma constitucional poderia ser imposta unilateralmente, por um só partido. Depois de meses de discussão, a Constituição é finalmente aprovada a 2 de abril de 1976, com votos favoráveis de quase todos os partidos à exceção do CDS, e entra em vigor a 25 de abril de 1976. A Constituição nasceu assim do compromisso, da negociação e do pluralismo. Como o próprio Jorge Miranda afirma, a Constituição não tem «pai», é fruto coletivo da Assembleia Constituinte.



© André Farias Filipe

UMA RESPOSTA À DITADURA

*Nós consagramos os direitos
que a ditadura desprezava.*
Jorge Miranda

A Constituição de 1976 foi profundamente moldada pela experiência da ditadura. A ausência de liberdades políticas, a censura, a repressão e a vigilância marcaram gerações. A PIDE interferia na vida privada dos cidadãos, como Jorge Miranda recorda ao mencionar cartas intercetadas: «Se comparamos o regime atual com o que existia durante a minha juventude, onde ainda vivi no regime de Salazar, a diferença é enorme. Não quer dizer que hoje não haja problemas, mas nada se compara ao regime anterior ao 25 de Abril. Quando fui bolseiro em Florença, depois de me formar em Direito, escrevia cartas para os meus pais

e amigos que viviam em Portugal. Essas cartas eram intercetadas pela PIDE, apesar de, na altura, ser apenas um estudante sem qualquer atividade política.» Perante este passado, os deputados da Assembleia Constituinte procuraram consagrar precisamente aquilo que faltava: direitos, garantias e mecanismos institucionais de proteção da liberdade.

O texto da Constituição inicia-se com um Preâmbulo que evoca a rutura com a ditadura e afirma o propósito de assegurar os direitos fundamentais, estabelecendo os princípios do Estado de direito democrático e promovendo uma sociedade mais livre, justa e solidária. A Parte I é dedicada aos Direitos e Deveres Fundamentais, uma das mais extensas e densas da Constituição. Esta secção consagra, em primeiro lugar, os Direitos Fundamentais como o princípio da universalidade, o princípio da igual-

dade, ou o acesso aos tribunais. Seguem-se os Direitos, Liberdades e Garantias como o direito à vida, a liberdade de expressão, de religião, de manifestação, de associação, de participação política; e os Direitos Económicos, Sociais e Culturais, que incluem o direito ao trabalho, à segurança social, à saúde, à habitação, à educação e à cultura.

A Parte II trata da Organização Económica, reconhecendo a coexistência dos setores público, privado e cooperativo. Após as revisões constitucionais, especialmente a de 1989, esta secção passou a refletir de forma mais clara a economia de mercado e a integração europeia.

A Parte III é dedicada à Organização do Poder Político e define a arquitetura institucional do Estado. Estabelece os órgãos de soberania e consagra um sistema semipresidencial assente na separação e interdependência de poderes. Prevê eleições por sufrágio universal, direto, secreto e periódico, e incluiu o estatuto político das Regiões Autónomas e do poder local.

Por último, a Parte IV regula a garantia e a revisão da Constituição. Estabelece limites materiais à revisão constitucional, impedindo que sejam alterados princípios fundamentais como a independência nacional, os direitos, liberdades e garantias, o sufrágio universal e a separação de poderes. A Constituição é assim simultaneamente um estatuto abrangente de direitos dos cidadãos e um modelo estruturado de organização democrática do poder. Representa o compromisso histórico do Estado português com a dignidade da pessoa humana, a liberdade, a igualdade e o Estado de direito.

A DIGNIDADE COMO VALOR PRIMORDIAL

Artigo 1.º

Portugal é uma República soberana, baseada na dignidade da pessoa humana e na vontade popular e empenhada na construção de uma sociedade livre, justa e solidária.

O artigo 1.º da Constituição ocupa um lugar matricial no edifício constitucional. Aqui estão bem afirmadas as ideias de solidariedade, liberdade e justiça, ao mesmo tempo que a dignidade da pessoa humana ocupa o lugar de valor supremo. Jorge Miranda explica-nos que o conceito tem raízes antigas. Começa na Grécia Antiga com a *Antígona*, de Sófocles, quando esta se insurge contra o rei Creonte por não conceder um funeral digno a Polinice, seu irmão. No Cristianismo, o conceito de dignidade tem numerosas referências: nas epístolas de São Paulo ou na doutrina de São Tomás de Aquino. No entanto, o primeiro autor que fala em dignidade é o académico Pico della Mirandola, no século XV. No século XX, depois dos enormes atentados contra a dignidade levados a cabo pelos nazis, as constituições francesa, italiana e alemã integraram também a ideia de dignidade. Na verdade, o fim da Segunda Guerra Mundial é um momento marcante para a afirmação do conceito, como bem prova a Declaração Universal dos Direitos do Homem, adotada e proclamada pela Assembleia Geral das Nações Unidas em 1948, onde o valor de dignidade está bem firmado.

A dignidade significa, antes de mais, que cada pessoa possui um valor intrínseco, que não depende da sua

ascendência, sexo, raça, língua, território de origem, religião, convicções políticas ou ideológicas, instrução, situação económica, condição social ou orientação sexual. Este valor impõe limites: proíbe a tortura, os tratamentos desumanos, a discriminação, a humilhação ou qualquer forma de instrumentalização do ser humano. Positivamente, exige condições de vida compatíveis com a autonomia e a realização pessoal, o que explica a articulação da dignidade com os direitos sociais como saúde, educação, segurança social e habitação. Ao inscrever este princípio no seu artigo inaugural, a Constituição portuguesa afirma uma opção civilizacional clara: o Estado existe para servir as pessoas e a organização do poder político só é legítima se estiver orientada para a proteção dos seus cidadãos.

UMA CONSTITUIÇÃO VIVA

A Constituição não permaneceu imutável ao longo destes 50 anos. Para Jorge Miranda, a revisão de 1982 foi particularmente decisiva: extinguiu o Conselho da Revolução e criou o Tribunal Constitucional, reforçando o controlo da constitucionalidade e a separação de poderes. Desde então, outras revisões adaptaram o texto à evolução política, social e europeia do país. Ainda assim, o núcleo essencial – dignidade, liberdade, igualdade, solidariedade e soberania popular – manteve-se estável.

Ao refletir sobre possíveis acrescentos, Jorge Miranda menciona o direito aos cuidados paliativos. A observação é reveladora: a Constituição não é um monumento intocável, mas

um organismo vivo, capaz de acompanhar a maturidade ética e social da sociedade. Cinco décadas depois, Portugal enfrenta novos desafios tecnológicos, demográficos, ambientais e geopolíticos. No entanto, a diferença entre o regime anterior e o atual é profunda e estrutural. Hoje, os conflitos resolvem-se nas urnas e nos tribunais, não na censura ou na repressão. Celebrar os 50 anos da Constituição não é apenas recordar um momento histórico, é reafirmar um compromisso: o de preservar e aprofundar uma ordem assente na dignidade da pessoa humana, na liberdade política e na justiça social. Num tempo em que as democracias são postas à prova em várias partes do mundo, a Constituição Portuguesa permanece como testemunho de que a liberdade pode ser conquistada, escrita e defendida coletivamente.

Durante os trabalhos constituintes (1975-1976), Jorge Miranda integrou várias comissões responsáveis pela preparação e organização da Constituição:

1. Comissão de Sistematização
2. Comissão de Regimento
3. Comissão da Organização do Poder Político
4. Comissão de Redação

O seu contributo foi particularmente importante na arquitetura jurídica do texto e na consolidação de princípios do Estado de direito democrático, como a separação de poderes, a proteção dos direitos fundamentais e a fiscalização da constitucionalidade das leis.



Luís Pereira Coutinho

É professor na Faculdade de Direito, onde leciona as disciplinas de direito constitucional I e II centrado numa abordagem do discurso constitucionalista enquanto arquitetura estruturante da Constituição. Mais do que certezas sobre o que é a Constituição, aprendemos a pensar sobre ela.

Fotografia © André Farias Filipe

ULISBOA A sociedade tem consciência da importância da Constituição?

LUÍS PEREIRA COUTINHO Julgo que sim. É importante dar um passo atrás: a Constituição não é um objeto assético, não existe em si e por si. A Constituição existe num determinado discurso sobre a Constituição e esse discurso tem uma natureza política fundamental. Não por acaso, houve em torno desta nossa Constituição um conflito de discursos que marcou, desde logo, o processo de gestação e todo o processo subsequente. Esse conflito pode estar menos vivo, mas continua presente, esteve implícito nas recentes eleições presidenciais. Foi mais visível na primeira fase de vigência até à revisão constitucional de 1982, onde um determinado setor via na Constituição um estandarte de um processo revolucionário de construção de uma sociedade socialista e outro setor via uma Constituição de tipo ocidental que estruturava uma

democracia de base parlamentar com direitos liberais. Diria que foi o segundo discurso que acabou por prevalecer e por estruturar a nossa vida política e social. Por vezes, esse conflito de discursos ressurgiu. No seguimento das eleições de 2015, a afirmação de que haveria um arco da Constituição que agregava os partidos de esquerda foi a introdução de um discurso que muitos consideraram perturbador e pode ter gerado consequências tectónicas em termos de sistema político. Isto é o cerne discursivo da nossa vida política e social.

ULISBOA Como se ensina direito constitucional?

LPC Há diferentes abordagens. A minha é centrada na exploração do discurso constitucionalista enquanto discurso que estrutura a Constituição, em cujo âmbito a própria é subjetiva, diferente de uma abordagem estritamente positivista ou legalista.

ULISBOA Os estudantes têm ideia do que é a Constituição?

LPC Têm uma ideia incipiente. Para lhes permitir aceder à Consti-

tução há um longo percurso histórico e político a fazer. Têm que compreender que o constitucionalismo moderno, que se afirma mais paradigmaticamente com as revoluções liberais, é herdeiro do Estado moderno. A ideia fundamental que procura passar é que, para aceder à Constituição, não o fazemos de forma direta, mas indiretamente, acedendo ao discurso em que a Constituição se molda enquanto tal. A Constituição subjacente à Constituição. O que é a Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão de 1789? É um discurso sobre a Constituição. Diz-nos o que é a soberania da nação e que esta se exprime numa determinada Constituição, definindo-a: é aquela que separa os poderes e garante os direitos dos cidadãos. Este discurso vai ser determinante ao nível da definição da Constituição e dos termos em que vai ser interpretada. Este objeto não existe fora deste discurso. Há uma linha distinta da minha que assume que estamos perante um objeto sem problematizar a sede em

«A Constituição é a lei superior do ordenamento jurídico e verte um projeto político fundamental que estrutura a sociedade. É de uma relevância decisiva.»

que esse objeto se define enquanto tal. A partir do momento em que o fazemos dessa forma não sabemos bem do que estamos a falar. A haver uma ciência de direito constitucional será uma ciência humana e supõe o acesso à linguagem em cujo âmbito esta objetividade se forma.

ULISBOA Como se legisla tendo por base a Constituição?

LPC Também aí há conflitos de discurso. Temos uma tradição milenar na Europa, a tradição romanista de direito civil. Para os escultores dessa tradição, o discurso sobre a Constituição é rejeitado. Veja-se o Tratado de Direito Civil, de Menezes Cordeiro: a verdadeira Constituição material corresponde ao direito civil. Quem se movimenta dentro dessa discursividade olha para este discurso sobre a Constituição, se não em termos reativos, em termos desvalorizadores. Estamos no século XXI, este discurso constitucionalista afirmou-se e, ao nível das ciências do direito, o conflito de discursos permanece vivo.

ULISBOA Dentro do próprio Tribunal Constitucional?

LPC Não contamina tanto a jurisdição constitucional, embora não exista um discurso unitário sobre a Constituição e os termos da sua interpretação. Não é exclusivo do nosso país, evidencia-se claramente nos EUA, onde as discursividades alternativas sobre a Constituição estão bem vivas. O que a Constituição vai

ser para o Supremo Tribunal vai depender do discurso imperante sobre a mesma e sobre os próprios juízes.

ULISBOA Explique-nos o que são os realistas jurídicos.

LPC São aqueles cujo discurso sobre o direito é de natureza ideológica e, no limite, o direito é aquilo que é ditado pelo juiz portador desse discurso. Um realista jurídico faz uma renúncia implícita: não posso movimentar-me racionalmente em torno desse discurso de maneira a chegar a uma melhor versão sobre ele. Julgo que ainda é possível reverter isto, é uma tarefa intergeracional.

ULISBOA Como seria possível?

LPC Permanecermos, em todos os momentos, conscientes de que estamos dentro de um discurso, de que não estamos a falar de essências independentes. Isso dá-nos humildade e obriga-nos a ser racionais, a afastarmo-nos de pretensões teológico-políticas, como diria Carl Schmitt. Muitos dos discursos que aparecem dizem-nos «a Constituição é», mas não «a Constituição é no âmbito de um determinado discurso». Não se apresentam à crítica, quase como se fosse algo estático, fixo e inquestionável. Julgo que este é o maior pecado. O pecado inverso é supormos que tudo tem uma natureza ideológica e que somos incapazes de a superar. Eu tento evitar os dois «males», formular o discurso enquanto tal e procurar raciocinar dentro dele, sobre as suas matrizes históricas e os seus

propósitos. Portanto, cada asserção sobre a Constituição é sempre uma proposta sobre a Constituição.

ULISBOA As revisões melhoraram a Constituição?

LPC A Constituição pretende, fundamentalmente, um limite ao poder e que garanta direitos. Se assumir a Constituição nestes termos vou desconfiar de uma que serve de alavanca a um poder para atingir um determinado propósito revolucionário, ao mesmo tempo que gera a erosão da Constituição enquanto legalidade que limita o poder, que julga em função de resultados de transformação económica, social e política. Qual seria a resposta que eu daria? [A revisão de] 1982 aproximou-nos do projeto matricial do constitucionalismo ocidental, o discurso que acabou por prevalecer é esse.

ULISBOA Pode dar-nos um exemplo do que mudou em 1982?

LPC Houve uma mudança fundamental: em 1976, a estrutura de órgãos de soberania incluía o Conselho da Revolução, que tinha por missão garantir a transição para o socialismo, a preservação das conquistas revolucionárias expressas na Constituição. Amarrava-se a Constituição a um projeto político. Em 1982, o Conselho da Revolução é extinto. De certo modo, o propósito da Constituição torna-se ilimitado do poder político na medida em que este é julgado em função de fins e não de meios. O constitucionalismo ocidental julga em função de

meios. Quando se torna democrático não julgar em função de fins, é deixar isso ao pluralismo democrático, aberto ao debate.

ULISBOA Mas a Constituição de 1976 também resultou de um processo eleitoral.

LPC Segundo Jorge Miranda, a legitimidade da Constituição decorre dessas eleições e a sua realização exprime o ideário original democrático do 25 de Abril de 1974. O setor que defendia outro discurso desvaloriza as eleições democráticas de 1975, a sua realização esteve em perigo. Dentro de um certo discurso, as eleições como as conhecemos no ocidente marcam a chamada democracia burguesa, não são verdadeiramente decisivas porque as escolhas eleitorais podem ser as escolhas de um povo alienado, não emancipado. Nessa perspectiva, as eleições para a Assembleia Constituinte não eram muito relevantes. Os partidos garantiram essas eleições porque assinaram com o Movimento das Forças Armadas um pacto no qual se comprometeram antecipadamente a exprimir na Constituição determinados pontos. Na sequência do 25 de Novembro, foi celebrada uma segunda plataforma que aproximou as soluções a verter na Constituição, mais caracteristicamente ocidentais. Foi um período profundamente conflitual.

ULISBOA Mencionou a Constituição dos EUA. Os norte-americanos têm um maior conhecimento da mesma? Devemos ensinar a nossa Constituição nas escolas?

LPC Aí o risco é de ideologização e simplificação. Os norte-americanos podem saber da Constituição, mas têm dela uma visão mítica e idealizada. É como na tradição católica, os

acessos diretos à Bíblia podem levar a mistificações perturbadoras. Com esta leitura da Constituição podemos descontextualizar tudo, desde logo o porte de armas de 1776. A ideia da defesa da democracia através da criação de milícias armadas pode ser descontextualizada, mitificada, ideologizada. Temo que acessos imediatos à Constituição – sem a necessária hermenêutica, sem a consciência de que é necessário aceder aos discursos em cujo âmbito a Constituição é para se aceder à mesma e raciocinar em torno deles – podem tornar-se perigosos.

ULISBOA Há conceitos muito complexos na Constituição, como o de dignidade humana. O que é a dignidade humana?

LPC É mais uma evidência do conflito de discursos. A dignidade apenas faz sentido no âmbito de um discurso moral e esse é outro problema complexo. O setor católico lerá a dignidade em determinados termos; um setor imbuído da filosofia kantiana irá entendê-la noutros. Qual o problema? Se uma jurisdição constitucional definir a dignidade como sendo «aquilo» ou «aqueleoutro» está a tomar partido no âmbito de um conflito moral. O risco é termos um determinado setor a dizer «esta Constituição é minha» e outro «esta Constituição não é minha». A Constituição tem que ser desenhada para ser uma lei comum. O nosso Tribunal Constitucional foi muito cauteloso, reconhecia estes princípios como fundamentalmente abertos: o seu sentido há de ser fixado no processo democrático, não me posso recorrer da «dignidade humana» para proibir o aborto ou a eutanásia, nem o seu contrário. A ideia do Tribunal é de não impor um determinado sentido

da dignidade da pessoa humana. Esta é a tendência do maior defensor da normatividade da Constituição na Europa, o jurista Hans Kelsen, que dizia: «Estes princípios devem ser entendidos como diretrizes dirigidas ao legislador e não como princípios que um tribunal pode interpretar contra o legislador.»

ULISBOA Mudaria algo na Constituição?

LPC Procuraria que fosse um documento neutro entre diferentes concepções que, razoavelmente, podem ser defendidas num contexto pluralista. Um exemplo: não questionaria que uma Constituição ocidental consagre direitos sociais, perturba-me que estabeleça em que termos esses direitos devem ser realizados. A nossa não fixa apenas o direito ao ensino, diz-nos que será assegurado por uma rede de estabelecimentos públicos que cubra as necessidades de toda a população. Numa sociedade democrática plural é razoável que um determinado setor entenda que o direito ao ensino, sendo um compromisso coletivo, não tenha de ser assegurado necessariamente por esse meio. O mesmo em relação à saúde ou à segurança social. Não quero interferir em debates políticos sobre a Constituição, mas devo dizer que é perturbador numa perspectiva que defenda o pluralismo. Se é muito relevante? Diria que não. Independentemente do que esteja lá escrito, conta o nosso discurso e a maneira como o interpretamos.

ULISBOA Devemos então confiar nas decisões jurídicas?

LPC Não. Devemos avaliá-las, pensá-las, debatê-las. Este discurso é de todos, é um debate que tem de estar vivo. •



Christina Koch, astronauta da NASA e tripulante da missão Artemis II, observa a Terra através de uma das janelas principais da cabine da nave Orion © NASA

As duas faces de Jano

O EMPREENDEDORISMO E A CIÊNCIA FUNDAMENTAL NA ULISBOA

Em 2025 foi realizado o mapeamento do ecossistema nacional em termos de empreendedorismo de base académica nas universidades portuguesas. A Universidade de Lisboa destacou-se num primeiro lugar incontestável, revelando-se assim a sua importância no tecido empresarial português e internacional. Qual o segredo destes resultados? A paixão pela ciência, a base de todo o olhar para o futuro.

O estudo, realizado pela Startup Portugal e a empresa Dealroom, revelou desde logo as mais de mil *startups* fundadas ou cofundadas por antigos alunos, antigos investigadores e antigos trabalhadores. Destas, quatro são unicórnios (num total de seis a nível nacional), ou seja, empresas avaliadas em cerca de mil milhões de euros.

O impacto das empresas com origem na Universidade de Lisboa pode ser medido a nível nacional e internacional. As cerca de mil *startups* estão disseminadas por 40 países e criaram 36 000 postos de emprego qualificado. Desde 2020, uma em quatro das *startups* fundadas em Lisboa foram-no por anti-

gos alunos da Universidade. Das mais de 170 *spinouts* – empresas que resultaram diretamente do conhecimento de base científica desenvolvido na ULisboa –, 130 estão sediadas em Lisboa, representando 75 % do total de *spinouts* da cidade. Estes indicadores revelam o contributo da Universidade para que a capital seja considerada uma das regiões mais inovadoras, com um crescimento acima da média europeia: 109,6 %, segundo o Regional Innovation Scoreboard 2025, da Comissão Europeia.

A maioria destas *startups* atua na área da saúde, porém é na área de *software* empresarial e *marketing* que se destacam as empresas com mais valor. As empresas biotecnológicas e farmacêuticas requerem ciclos

de desenvolvimento longos, estão sujeitas a uma regulação exigente e, logo, necessitam de um investimento mais elevado. O seu valor de mercado demora a surgir, ao invés do caso de empresas de *software* e plataformas tecnológicas, dada a sua elevada capacidade de escalabilidade, nacional e internacional, e exigindo um menor investimento. A estas seguem-se as empresas nas áreas de *deeptech* (tecnologias complexas), *climate tech* (tecnologias climáticas) e *crypto/DeFi* (criptomoedas e finanças descentralizadas).

A rentabilidade inerente a uma *startup* associa este modelo empresarial às áreas tecnológicas, de fácil e rápida replicação e retorno, mas há nele espaço garantido para as ciências sociais, as artes e

Das mais de mil startups fundadas ou cofundadas por antigos alunos, antigos investigadores e antigos trabalhadores da ULisboa, quatro são unicórnios (num total de seis a nível nacional), ou seja, empresas avaliadas em cerca de mil milhões de euros.

as humanidades, áreas cruciais para a compreensão dos impactos éticos, sociais e culturais da tecnologia, e, assim, áreas que devem acompanhar o desenvolvimento tecnológico.

A partir destes resultados desenha-se um panorama da sociedade atual. Dão estas empresas resposta às necessidades presentes e futuras desta mesma sociedade? Considerando as áreas estratégicas necessárias, da saúde às transições energética, verde e digital, é visível o alinhamento destas empresas numa resposta às questões mais prementes do presente e do futuro.

De que modo a Universidade tem fomentado a criação destas empresas? Existem em algumas Escolas centros de transferência de tecnologia que funcionam como incubadoras nas fases mais incipientes das empresas, mediante a cedência de espaços, programas de apoio de

mentoria, apoio à proteção da propriedade intelectual, e o estabelecimento de redes de proximidade entre investidores e investigadores. A ULisboa fornece assim um ambiente fértil para conhecer e arriscar, seguro para que se possa dar um salto.

A magnitude dos resultados revelados pelo relatório, que catapultam a Universidade de Lisboa para um papel cimeiro no desenvolvimento do tecido empresarial nacional e internacional, convoca uma reflexão mais profunda acerca da sua origem, ou não viessem eles de uma universidade. O que está por trás destes resultados? O reconhecimento da importância e a prática obstinada, porque apaixonada, da investigação em ciência fundamental.

Não existe uma definição única e universalmente aceite que sintetize a palavra ciência num conjunto de frases conclusivas. Torna-se, então,



+ 1000 startups em 40 países



36 000 empregos a nível mundial



valor agregado de 24 mil milhões de euros



4 em 6 unicórnios nacionais

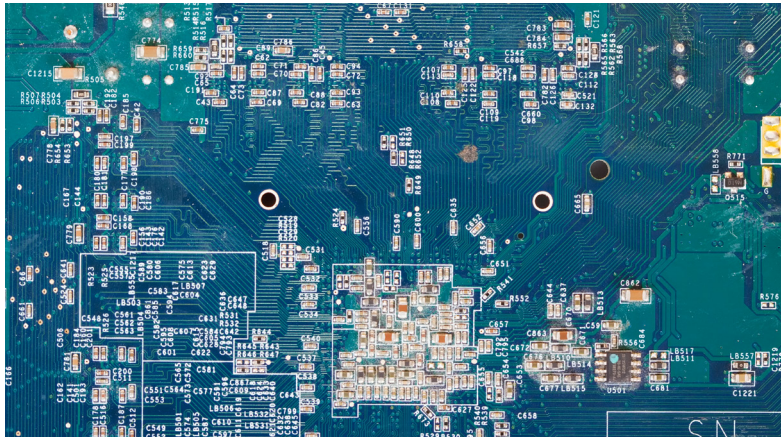


+ 170 spinouts

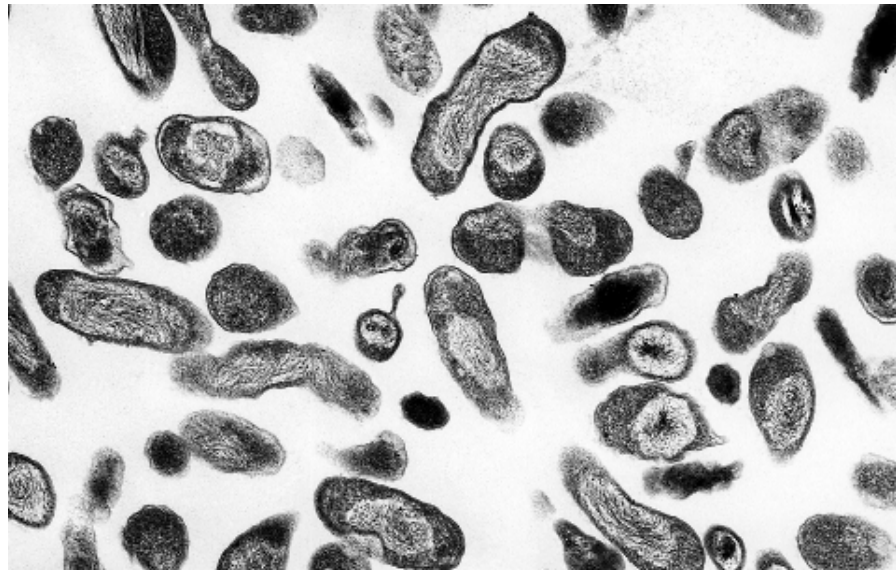
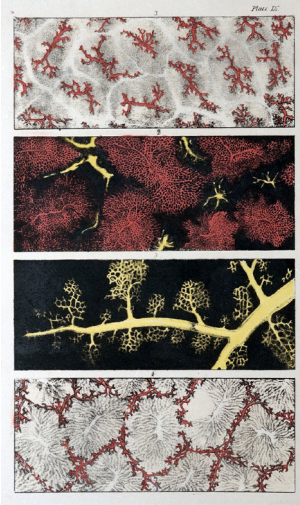


+ 250 startups fundadas por doutorados

Dados do relatório *ULisboa Startup Impact Report 2025*, desenvolvido em parceria com a Dealroom



Das mais de 170 *spinouts* – empresas que resultaram diretamente do conhecimento de base científica desenvolvido na ULisboa –, 130 estão sediadas em Lisboa, representando 75 % do total de *spinouts* da cidade.



necessário recorrer a mecanismos que procurem responder a estas questões. Trata-se de um processo sistemático, lógico e metódico de compreensão do mundo natural e social, baseado na observação, na curiosidade, no conhecimento empírico e na formulação de ideias e teorias passíveis de crítica e de revisão por pares.

Thomas Kuhn entendia que a ciência opera dentro de paradigmas que, através do seu próprio questionamento, dão lugar a uma revo-

lução, rejeitando a ideia de ciência como acumulação linear de conhecimento; o Círculo de Viena defendia a verificabilidade como critério de demarcação, isto é, uma frase só tem significado se puder ser verificada de forma empírica; Paul Feyerabend argumentou que não existe «método científico» único, que as grandes descobertas científicas violaram frequentemente todos os conjuntos de regras metodológicas. Não há, então, um conjunto de verdades absolutas, mas

1. Placa de circuito eletrónico impresso
2. Anatomia microscópica do corpo humano na saúde e na doença, Arthur Hill Hassall
3. Imagem de microscopia eletrónica de transmissão (MET), que revela detalhes ultraestruturais apresentados por numerosas bactérias *Coxiella burnetii*, responsáveis pela doença conhecida mundialmente como febre Q. Centro de Controlo e Prevenção de Doenças, governo dos Estados Unidos da América

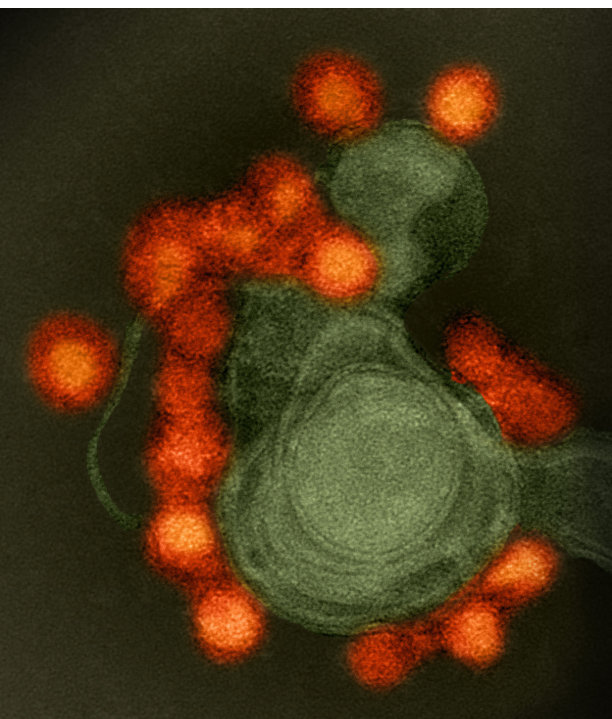


Imagem de microscopia eletrónica do vírus Zika (a vermelho), da estirpe Fortaleza, corado negativamente, isolado de um caso de microcefalia no Brasil
© NIAID

A importância da aplicabilidade do conhecimento à resolução de problemas sociais é inquestionável, mas é preciso garantir que as duas vertentes não se fundam na sua origem: à pergunta «Para que serve o que queres saber?» não pode ser estranha, nem impeditiva de prossecução, a resposta «Não sei.»

sim um sistema de conhecimento em constante evolução.

Numa carta escrita ao diretor do Office of Scientific Research and Development em 1944, o presidente Franklin D. Roosevelt reconhecia o trabalho singular de cooperação e de avanços científicos e tecnológicos alcançados por esta agência governamental como fundamentais para enfrentar a guerra em que o mundo, e particularmente os EUA, se encontravam. Roosevelt não se limitou a reconhecer estas conquistas, mas também a encará-las como uma necessidade para o futuro do seu país como motor, em «tempos de paz», para o progresso da saúde pública, para a criação de novos e melhores empregos e para a melhoria das condições de vida dos norte-americanos. Nesta carta, Roosevelt coloca quatro perguntas: de que forma podemos dar a conhecer ao mundo os nossos contributos para o conhecimento científico? O que pode ser feito [agora e no futuro] para construirmos um programa que dê continuidade ao trabalho que tem sido feito na medicina? De que forma pode o Estado apoiar a investigação? Conseguimos criar um programa eficiente que potencie e descubra talento na juventude norte-americana de modo a dar continuidade ao futuro da investigação científica no nosso país ao mesmo nível do que tem sido feito durante a Guerra?

Em resposta, Vannevar Bush, então diretor do Office, elaborou um relatório de nome *Science: The Endless Frontier* [Ciência: A Fronteira Infinita], onde nomeia e des-

creve alguns dos grandes avanços que as investigações científicas têm representado. Desde logo, o novo antibiótico chamado penicilina, responsável por salvar um número incalculável de vidas e poupar um sofrimento inestimável nas frentes de batalha. Bush prossegue na enumeração de exemplos que resultaram na criação de empregos que não existiam: o rádio, o ar condicionado, as fibras sintéticas ou o plástico.

Da mesma forma que indústrias associadas a estas descobertas não existiam, Bush indicava que novas indústrias podiam emergir se a sociedade norte-americana se empenhasse cada vez mais no estudo das leis da natureza e da sua aplicação em propósitos práticos. Os avanços na agricultura resultaram no cultivo de plantações resistentes a doenças e adaptadas a colheitas de duração mais curta; controlos de pragas; práticas agrícolas melhoradas; tudo fruto de investigação trabalhosa e morosa.

São muitos os exemplos que Bush aponta que têm como fim a melhoria das condições de vida dos cidadãos. Do ponto de vista prático, os avanços na ciência significam: mais emprego, melhores salários, jornadas de trabalho mais curtas, melhores colheitas, mais tempo para o lazer, para o estudo e, de grande importância, sem a preocupação de viver o resto da vida com o *deadening drudgery* [termo referente ao trabalho árduo, repetitivo e exaustivo como o operário ou as limpezas monótonas].

Porque é que as alforrecas brilham no escuro? Esta pergunta pode parecer vinda de uma crian-

ça, mas como Patrícia Gonçalves [Revista ULisboa 35] nos contou em entrevista, são as crianças que fazem as perguntas mais difíceis. Já Vítor Cardoso [Revista ULisboa 32] disse-nos que um físico é alguém que está sempre a fazer as perguntas que as crianças fazem, como: «Porque é que a chuva cai?» Foi o químico Osamu Shimomura que colocou a pergunta acerca da bioluminescência das alforrecas. A sua investigação para responder a essa pergunta levou-o à descoberta da proteína verde fluorescente, que veio a ser usada para processos de observação até então invisíveis, como o desenvolvimento de células nervosas do cérebro. Em 2008 ganhou o Prémio Nobel da Química.

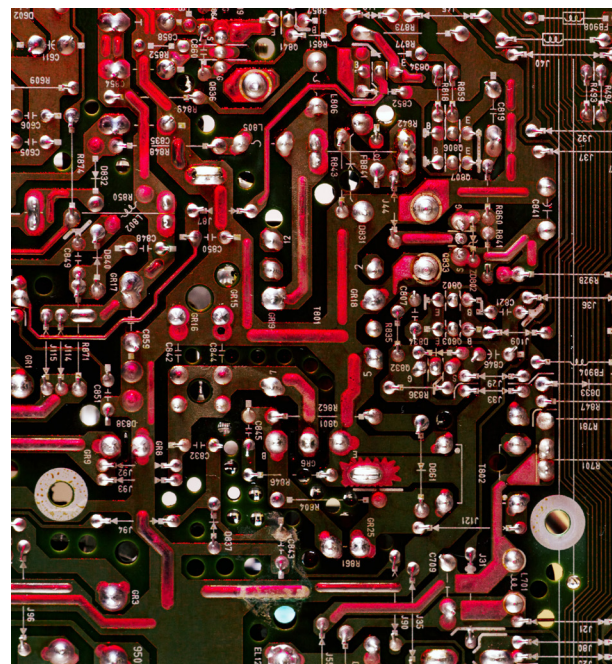
Exemplos desta natureza são frequentes, comprovando a importância de uma investigação alimentada pela curiosidade de quem quer saber sem ter um propósito pré-definido para a descoberta que poderá fazer. A teoria da relatividade concebida por Einstein está na base dos sistemas de navegação atuais. A investigação em mecânica quântica possibilitou a invenção do *laser*. E foi um acaso que originou a descoberta da penicilina. Steve Kahn, professor de física e astronomia da Universidade da Califórnia, Berkeley, face ao desinvestimento financeiro do Estado na academia, achou necessário reforçar que a investigação em ciência fundamental é parte integrante da experiência humana. Num contexto em que a aplicabilidade de uma ideia parece ser a espada de Dâmo-cles sobre qualquer ação, torna-se

urgente evidenciar que por trás de palavras como empreendedorismo e indicadores como mil *startups* com um valor agregado de 24 mil milhões de euros está a investigação de base que pode ter tido a sua origem na pergunta: «De onde vem o vento?»

Uma universidade alicerça-se no conhecimento de excelência gerado quer pela curiosidade, quer pela produção de valor social, económico e cultural. A importância da aplicabilidade do conhecimento à resolução de problemas sociais é inquestionável, mas é preciso garantir que as duas vertentes não se fundam na sua origem: à pergunta «Para que serve o que queres saber?» não pode ser estranha, nem impeditiva de prossecução, a resposta «Não sei.» Pensemos no exemplo simples de que um professor que investigue trará para o ensino dos seus alunos um contributo mais rico, mais abrangente, que lhes dará um horizonte mais alargado do que somente a reprodução de um conhecimento validado e resultados comprovados.

Assumindo que o estudo do empreendedorismo de base académica em Portugal retrata a sociedade, e que esse retrato nos apresenta uma sociedade em que o progresso tecnológico é indistinguível na sua base do conhecimento científico no seu mais largo espectro, então há um denominador que não pode ser ignorado e que é condição imperativa para que esse conhecimento se gere: pensar de forma livre. Essa é também a condição imperativa para uma universidade poder chamar a si esse nome. •

A maioria destas startups atua na área da saúde, software empresarial e marketing, deeptech (tecnologias complexas), climate tech (tecnologias climáticas) e crypto/DeFi (criptomoedas e finanças descentralizadas).



Placa de circuito eletrónico impresso



© Ana Luísa Valdeira

Cecília Rodrigues

Falámos com a vice-reitora que acompanhou de perto, durante mais de um ano, o mapeamento do ecossistema nacional em termos de empreendedorismo de base académica nas universidades portuguesas.

ULISBOA Que aspeto mais a surpreendeu no relatório sobre empreendedorismo de base académica?

CECÍLIA RODRIGUES Por um lado, a grandiosidade dos números, por outro a diversidade do impacto. É muito importante valorizar estes percursos diversos, os números permitem compreender este aspeto, não só pelas áreas em que estas empresas vão surgindo – mais de mil *startups* presentes em mais de 40 países com um valor agregado de 24 mil milhões de euros –, mas por clarificar esta evidência de que o investimento feito na ciência e no ensino superior resulta neste retorno económico que inclui

também emprego qualificado, cerca de 36 000 postos. Isto permite um posicionamento, não só da Universidade, mas também do próprio país.

ULISBOA Já tinha sido feito algum estudo deste tipo?

CR Nunca a esta escala e com esta capacidade de inquirir bases de dados que não existiam.

ULISBOA Que empresas destaca?

CR É inevitável destacar os unicórnios. São empresas que atingiram um estado tal que têm um impacto global extraordinário em áreas muito relevantes como a defesa, a robótica, as plataformas tecnológicas digitais de apoio ao cliente, etc. Além dos unicórnios, é importante referir as *spinouts* – as empresas que resulta-

ram da ciência desenvolvida durante décadas na Universidade de Lisboa –, cujo número é muito significativo, quase 200. É o trabalho dos investigadores que permite a criação de *spinouts* tão relevantes na área da saúde e do *deep tech* e que permitem levar à aplicação esta investigação de excelência desenvolvida na ULisboa, traduzindo-se em soluções com elevado valor económico e social. Estas *spinouts* representam 70% do ecossistema em Lisboa, ou seja, do conhecimento de base científica que dá origem a empresas de valor acrescentado.

ULISBOA Estas empresas dão resposta às necessidades presentes e futuras da sociedade?

CR As *startups* associadas à Universidade de Lisboa estão alinhadas com áreas estratégicas, como a saúde, as transições – transição energética, verde, digital –, *deeptech*, etc. Gostaria de reforçar algo importante: a ULisboa é uma universidade integradora e interdisciplinar, onde áreas que não apenas as tecnológicas, como as ciências sociais ou as artes e humanidades, têm um papel importante. Estas áreas permitem compreender o impacto social, cultural, ou ético da tecnologia. Esta abordagem transversal e inclusiva está assegurada na Universidade. É a inclusão destas formas diferentes de pensar que nos vai ajudar a sustentar as próprias empresas tecnológicas. Nesse sentido, julgo que as *startups* dão resposta e devem sempre ser acompanhadas pelo apoio de outras áreas que não sejam tecnológicas.

ULISBOA De que modo a ciência fundamental está na base da criação dessas empresas?

CR A ciência fundamental é o alicerce de tudo isto. Estas *spinouts* académicas resultam de décadas de investimento em investigação fundamental que, hoje, permite esse conhecimento em aplicações concretas, em tecnologias disruptivas. A formação científica destes fundadores é absolutamente determinante para a capacidade de inovação, para o pensamento crítico, para a sua capacidade de adaptação a desafios globais, decisões em termo de mercados. Isto resulta do conhecimento fundamental académico gerado na Universidade de Lisboa.

ULISBOA Qual a visão da Universidade de Lisboa para a ciência e a investigação?

CR Ambas representam um pilar

absolutamente estruturante do desenvolvimento económico, social e cultural. E a nossa visão, por isso mesmo, assenta na ideia de que a produção deste conhecimento de excelência e de elevada qualidade pode ser orientado pela curiosidade, apenas, ou pode ser orientado para a produção de valor. É exatamente este conhecimento aqui gerado que nos permite, por um lado, conhecer mais e, por outro, resolver problemas sociais de grande complexidade. A promoção da ciência aberta, colaborativa, interdisciplinar, da ciência internacional realizada na Universidade de Lisboa é uma visão que nos permite perceber a importância da ciência e a importância da investigação, acreditando que investir nestas áreas não é um custo, antes pelo contrário – é provavelmente o mais poderoso instrumento que temos para criar valor. Quer esse valor seja social, económico, cultural. Com isto temos impacto local, global.

ULISBOA Referiu que apesar de um tempo de rápidas mudanças e incertezas, a Universidade de Lisboa se mantém como força motora do empreendedorismo e da transformação tecnológica. A que se deve tal força?

CR Este percurso da Universidade de Lisboa tem alguma consistência, de décadas. Estas décadas são marcadas por um crescimento sustentado da investigação e da inovação onde valorizamos, por um lado, o talento – as pessoas no centro deste processo, a capacidade de atrair e de reter talento – e, por outro, a forte ligação à sociedade, para que esse talento e o conhecimento que é gerado não fique encerrado. A diversidade disciplinar e a dimen-

são da própria Universidade permitem uma diversidade de soluções e uma capacidade adicional de gerar soluções para desafios complexos. Mesmo em contextos de incerteza e outras dificuldades, o ecossistema na Universidade de Lisboa é suficientemente robusto e ambicioso para garantir esta contribuição da Universidade na própria cidade e a um nível mais alargado e global.

ULISBOA Os resultados deste relatório apresentam um panorama adequado da sociedade?

CR Este estudo retrata uma sociedade cada vez mais baseada no conhecimento, na inovação e na capacidade de transformar ciência em soluções concretas. Isso aponta para um futuro em que universidades inovadoras – como a Universidade de Lisboa – terão um papel central na competitividade local e global e na sustentabilidade da economia que terá de ser inclusiva e resiliente. •

«É o trabalho dos investigadores que permite a criação de *spinouts* tão relevantes na área da saúde e do *deep tech* e que permitem levar à aplicação esta investigação de excelência da ULisboa, traduzindo-se em soluções com elevado valor económico e social.»



Helena Fonseca

É professora na Faculdade de Medicina, onde coordena a Unidade de Medicina do Adolescente da Clínica Universitária de Pediatria, distinguida em 2025 como Centro Colaborativo da Organização Mundial de Saúde. Quisemos saber em que consiste a Medicina da Adolescência, o que torna esta fase de vida tão diferente das outras, e quais as questões de saúde que mais afetam os adolescentes.

Fotografia © André Farias Filipe

ULISBOA Entre que idades somos considerados adolescentes? O que distingue a adolescência de outras fases de vida?

HELENA FONSECA A Organização Mundial de Saúde [OMS] denomina a adolescência como o período dos 10 aos 19 anos, e a juventude

como o período dos 15 aos 24 anos. A tendência atual é utilizar a denominação adolescentes e jovens adultos, cobrindo o período dos 10 aos 24 anos. Os nossos alunos, ao entrar para a Universidade, estão ainda nesta fase, e é interessante pensarmos as problemáticas que se levantam olhadas com estes óculos. Quando fiz a formação específica em pediatria, a ida-

de pediátrica em Portugal ia até aos 10 anos. Em 1987 passou para os 15, e só em 2010 foi oficialmente estendida até aos 17 anos e 364 dias, indo ao encontro da Convenção sobre os Direitos da Criança, que considera criança todo o ser em desenvolvimento até aos 18 anos. Há evidência de que os adolescentes têm necessidades de saúde específicas. Há evidência sobre

«O grande propósito, foi, logo ao nível do ensino pré-graduado, dotarmos os alunos da nossa Faculdade de conhecimentos e competências para lidarem bem com esta idade. Não só o pediatra. Qualquer médico acabará por lidar com adolescentes, seja num contexto de urgência, seja um ortopedista.»

os ganhos em saúde que advêm de fazermos uma abordagem biopsicossocial dos adolescentes, efetuada por profissionais treinados e em condições de privacidade. Esta abordagem sai da formação clássica, biomédica, centrada sobre a patologia. Tentamos não nos centrar excessivamente no que está doente ou errado, mas em perceber os fatores protetores na vida do jovem para os favorecer e potenciar. O tempo a sós com o adolescente, devidamente enquadrado e autorizado pelos pais, permite a partilha de sentimentos, preocupações do foro mais íntimo e também os responsabiliza pela sua própria saúde, no sentido em que a saúde é algo que lhes diz respeito a eles, não é para fazer a vontade aos pais ou aos professores. É por eles, para o bem deles. Isto promove a autonomia. Na entrevista psicossocial cobrimos os vários contextos de vida do adolescente, abordamos a questão dos consumos, a alimentação, o sono, a sexualidade, o humor. A ideia é identificar atempadamente aspetos mais difíceis de trabalhar numa fase mais adiantada. Aparte isso, o cérebro do adolescente ainda não está completamente desenvolvido. O córtex pré-frontal, a parte do cérebro que nos permite perceber as consequências das nossas escolhas, ainda está im-

matura; só por volta dos 25 anos é que atinge a maturação adulta.

ULISBOA Nas suas palavras, era necessário que «o adolescente deixasse de ser visto como uma criança grande ou um adulto pequeno». Como foi vista esta fase de vida ao longo do tempo?

HF O alargamento da idade pediátrica em Portugal não foi acompanhado de formação específica. A pediatria estava focada nos primeiros 10 anos de vida e não se adaptou o currículo de modo a dar formação aos futuros pediatras sobre a segunda década da vida. Ideações suicidas, perturbações do comportamento alimentar, que surgem na adolescência e não estão tão presentes em idades mais baixas, são questões que o pediatra sentia desconfortável em abordar por não ter adquirido as competências necessárias. A nossa luta, ao longo destes anos, e o grande propósito, foi a de, logo ao nível do ensino pré-graduado, dotarmos os alunos da nossa Faculdade de conhecimentos e competências para lidarem bem com esta idade. Não só o pediatra. Qualquer médico acabará por lidar com adolescentes, seja num contexto de urgência, seja um ortopedista. Quando um médico vê um adolescente, deve vê-lo com um olhar adequado. Não

se trata só de engessar uma fratura, mas de aproveitar a oportunidade para uma abordagem mais global. Por exemplo, a um indivíduo que sofreu uma fratura devido a um acidente de moto, falar sobre questões de segurança, de maneira adequada ao adolescente em causa. O raciocínio da criança é concreto. É na primeira fase da adolescência que se dá o salto para a elaboração de raciocínios mais complexos, lógicos, de compreensão de conceitos abstratos. A idade cronológica, na adolescência, diz muito pouco. Podemos ter dois adolescentes com a mesma idade, 13 ou 14 anos, um já bastante maduro e outro extremamente infantil. Temos que avaliar o adolescente que temos à frente.

ULISBOA Houve uma transformação no modo como vemos os adolescentes?

HF Sim, e a Faculdade de Medicina teve um papel pioneiro e inovador no que respeita à formação pré e pós-graduada em Medicina do Adolescente. Na formação pré-graduada tivemos, no ano 2000, a primeira disciplina optativa a nível europeu nesta área. Foi até considerado um caso de estudo pela OMS. Depois, entre 2010 e 2015, tivemos três edições do mestrado em Saúde do Adolescente, frequentado por pessoas das ciências

da saúde, pediatras, ginecologistas, medicina geral e familiar, mas também psicólogos, antropólogos, vindos de vários sítios do país e que hoje desenvolvem trabalho nesta área. Ao longo dos anos incluiu-se conteúdos de Medicina do Adolescente em disciplinas do 2.º ao 6.º ano. Privilegiamos esta formação pré-graduada para dotar todos os médicos que saem desta casa com conhecimentos e competências nesta área. Isso foi um passo de gigante e do qual me orgulho muito.

ULISBOA Especializou-se nos fatores psicossociais associados à obesidade e excesso de peso nos adolescentes portugueses. Porquê?

HF A obesidade e o excesso de peso, nesta faixa etária, é um enorme problema de saúde pública. Sabemos que 80 % dos adolescentes obesos, se não forem intervencionados, serão adultos obesos. A obesidade acarreta risco cardiovascular, risco metabólico, menor qualidade de vida e, logo, uma taxa de mortalidade mais elevada e precoce. O fascínio de trabalhar com adolescentes é que é uma idade muito plástica. Os comportamentos ainda não cristalizaram, há a possibilidade de intervir e de motivar para a mudança de estilo de vida. Mas se dissermos a um adolescente que vive com obesidade que pode ter um enfarte aos 40 ou 50 anos, isso para ele está muito longe. Precisamente por causa da imaturidade do córtex pré-frontal, eles são incapazes de mudar tendo

em conta algo que vai surgir sabendo-se lá quando. O que lhes importa é o dano que a obesidade causa do ponto de vista psicossocial: a baixa autoestima, serem estigmatizados, serem menos populares na escola, serem rotulados de menos esperados por serem obesos. Tentei provar que aumentamos a probabilidade de mudança se trabalharmos as questões que lhes dizem respeito diretamente e no imediato. Depois de um longo período de acompanhamento, eles costumam dizer que adquiriram competências para a vida.

ULISBOA O excesso de peso e a obesidade podem ser considerados sintomas de outras questões de saúde?

HF As situações sindrômicas ou endocrinológicas são responsáveis por 1 % das obesidades. O que é responsável por esta epidemia da obesidade, nomeadamente nesta idade, é um estilo de vida muito sedentário e uma alimentação desequilibrada.

ULISBOA Quais os principais problemas de saúde associados à adolescência? Mudaram ao longo dos anos?

HF Há situações transversais às várias épocas, como problemas de comunicação no seio da família, questões relacionadas com a aprendizagem e que podem levar a insucesso escolar – perturbações de défice de atenção e hiperactividade não diagnosticadas atempadamente –, perturbações de comportamento alimentar. No entanto, as problemáticas do foro da saúde mental, como

os comportamentos autolesivos e a perturbação de ansiedade, têm aumentado. Também as questões relacionadas com a sexualidade e a orientação sexual. As disforias de género são agora mais evidentes, mas sempre existiram, não sendo visíveis porque a sociedade não o permitia.

ULISBOA Há uma ligação entre as condições socioeconómicas de um jovem e a sua saúde mental?

HF Sim, a pobreza é efetivamente um fator de risco para a saúde e para o bem-estar emocional. A pobreza implica, na maior parte das vezes, baixa literacia em saúde, não saber onde recorrer, e uma resposta morosa dos sítios onde se pode recorrer. Em termos de serviços públicos, a área da saúde mental é ainda muito carente. Cada vez há maior solicitação e não é proporcional a oferta de prestação de cuidados. É uma área em que é preciso investir para que se consiga, atempadamente, prestar cuidados. Na adolescência, o tempo é muito importante. O perigo de situações relativamente ligeiras se agravarem pelo facto de não serem intervencionadas acontece.

ULISBOA A OMS designou a Clínica Universitária de Pediatria da Faculdade de Medicina como Centro Colaborativo na área da Formação em Medicina do Adolescente. Qual a importância desta distinção?

HF Em Portugal, há mais sete centros colaborativos, este é o primeiro da Universidade de Lisboa. Foi

«O tipo de cuidados que prestamos são feitos à medida. É mesmo alta costura, não é pronto a vestir. Não é igual para todos, é um cuidado personalizado.»

«As grandes tarefas da adolescência são a autonomia e a construção da identidade.»

o reconhecimento pela OMS do trabalho feito ao longo de décadas nesta Faculdade no que respeita à inclusão da Medicina da Adolescência no currículo pré-graduado. Foi o nosso prémio e o prémio da Faculdade e, portanto, da Universidade. A promoção da saúde dos adolescentes envolve saberes transversais, por exemplo no campo da psicologia, da sociologia, do direito. Neste sentido, via como muito interessante que este Centro Colaborativo servisse de aglutinador de outros grupos de outras Escolas da Universidade, e que pudéssemos trabalhar juntos no ensino e na investigação da adolescência.

ULISBOA Tem sido desde 1995 consultora e formadora da OMS em várias partes do mundo. Que panorama pode dar do que encontrou?

HF A OMS identifica zonas no globo onde é prioritário intervir em Medicina do Adolescente, o que passa por capacitar os profissionais de saúde e de educação dessas zonas. A minha primeira formação foi em Cabo Verde, com pessoas de Moçambique, Angola, Guiné. Em Moçambique vejo frutos desse trabalho: uma associação para jovens, a Geração Biz, foi criada por duas pessoas presentes nessa primeira formação. Em 2018 ajudei o Ministério da Saúde de Moçambique a delinear a estratégia nacional de saúde escolar e do adolescente e jovem adulto. Foi implementada e está agora em fase de avaliação. Já estive na Namíbia a dar um curso para países africanos: Etiópia, Quênia, Moçambique, Senegal, Congo. Depois, esses forma-

dores replicam a formação nos seus países. Estive na América Latina, na Índia, no Sri Lanka, nas Maurícias, onde também houve alargamento da idade pediátrica, dos 12 para os 16 anos, e os próprios pediatras pediram formação à OMS. A formação dura 15 dias. Na primeira semana, damos formação a um grupo. Na segunda semana, é esse mesmo grupo a dar formação. É um modelo de treino. Trabalhamos muito a entrevista clínica, é a base da relação de confiança que se estabelece com o adolescente. Não estamos ali para prescrever receitas, mas para ajudar a pensar. Estamos ali como facilitadores.

ULISBOA E qual o panorama desta área em Portugal?

HF Em 2000, foi criada na Sociedade Portuguesa de Pediatria uma secção de Medicina do Adolescente, que se transformou em Sociedade Portuguesa de Medicina do Adolescente. Não creio que exista, neste momento, de Norte a Sul do país, incluindo ilhas, um departamento de pediatria que não tenha alguém dedicado à adolescência. É um panorama em tudo diferente de há 25 anos. Ao contrário de outras faixas etárias da pediatria, em que se conseguiu uma redução das taxas de mortalidade verdadeiramente excepcional, na adolescência os valores estão estagnados. Continua a morrer-se de acidentes de viação por condução alcoolizada ou outros consumos, de perturbações da saúde mental. É urgente que os políticos olhem para esta realidade e percebam que temos de trabalhar de maneira articulada. A saúde

sozinha não conseguirá uma grande melhoria destes indicadores, porque estão relacionados com outras áreas.

ULISBOA Publicou extensamente a nível científico mas também escreve sobre a adolescência para o público generalista.

HF Tive a preocupação de divulgar para o público em geral o que é a Medicina da Adolescência. Há uns anos era uma coisa da qual não se falava em Portugal, e ainda há muita gente que desconhece a existência desta área ou não está certo do que trata, pensando que somos profissionais ligados à saúde mental. Não somos psicólogos, somos médicos que abordamos as questões da adolescência com este modelo biopsicossocial. A Medicina da Adolescência é uma medicina holística, de oportunidade e de proximidade. De oportunidade porque o adolescente pode recorrer a uma consulta de Medicina da Adolescência por um motivo físico específico – febre, dor abdominal, infeção urinária, enxaqueca –, mas depois podem ser identificados outros problemas, como consumos, ou uma disforia de género sobre a qual o adolescente ainda não teve oportunidade de discutir com alguém. Depois, uma medicina de proximidade, porque há uma preocupação em nos focalizarmos no que o adolescente está a sentir, no que ele é, no modo como vivencia uma determinada situação, como vê um determinado problema, muitas vezes por lentes muito diferentes das do adulto. Diria que nos livros me tenho dirigido aos pais, em primeiro lugar, e aos professores. •

Pavilhão de Portugal

O dia 30 de abril de 2026 marca um ano da reabertura do Pavilhão de Portugal. Fazemos agora, com Rita Tomé Rocha, a sua diretora executiva, um balanço deste período, a consolidação da sua missão no espaço universitário e civil, e olhamos para o que aí vem.

ULISBOA Qual a missão do Pavilhão de Portugal, enquanto espaço da Universidade de Lisboa?

RITA TOMÉ ROCHA No processo de reabertura, auscultámos várias entidades para perceber o que este espaço poderia ser e fazer pela Universidade de Lisboa. A partir daqui chegámos a um posicionamento que coloca o Pavilhão de Portugal como uma grande montra do melhor que se faz na Universidade, uma montra com uma lente focada no presente e no futuro. O objetivo deste espaço é pensar as grandes questões do nosso tempo e como o conhecimento, a cultura e a ciência podem servir de alavanca para prepararmos melhor o futuro.

ULISBOA Quais são os vários espaços do Pavilhão e as suas funções?

RTR As obras de requalificação permitiram a criação das diferentes áreas. O Centro de Congressos tem um grande auditório, uma sala polivalente e várias salas adjacentes. Acolhe uma grande variedade de eventos como conferências científicas ou sessões de formação. O Centro de Exposições tem recebido algumas exposições importantes, como as que comemoraram os 500 anos de Luís de Camões e o centenário de Mário Soares. A exposição dedicada ao Camões tentou trazê-lo para a modernidade, desconstruindo a sua obra para chegar a públicos mais jovens. E a exposição do Mário Soares possibilitou a discussão em torno das questões da democracia e da liberdade. Temos ainda o Torreão, adstrito à Biblioteca António Mega Ferreira, e uma sala de estudo para estudantes aberta 24 horas.

ULISBOA O Pavilhão de Portugal tem uma gestão própria. Qual a razão dessa autonomia?

RTR A estrutura obedeceu ao mesmo princípio de outras unidades especializadas que temos na ULisboa, como o Museu Nacional de História Natural e da Ciência ou o Estádio Universitário. Todos estes braços da Universidade que trabalham em proximidade com a sociedade civil têm uma gestão própria e autónoma. Contudo, ao contrário do Museu e do Estádio, somos a unidade que mais centralizada está na reitoria. O Pavilhão de Portugal é criado apenas como uma unidade operativa, contemplando um único núcleo de apoio técnico e administrativo, constituído por uma equipa de duas pessoas que estão cá todos os dias. A comunicação e a programação cultural são atividades geridas a partir da reitoria. Não querendo dar passos maiores do que a perna, começamos com este modelo e vamos crescendo com o tempo.

ULISBOA Como será a programação cultural para este ano? Que eventos pode confirmar?

RTR A ideia é termos uma programação cultural da Universidade de Lisboa agregadora e diversificada. Ao mesmo tempo, queremos que o Pavilhão de Portugal entre no circuito dos museus da cidade, como o CCB e o MAAT. Vamos inaugurar a exposição *Designing Sustainable Futures* a 21 de março, com curadoria de Ana Mestre, professora da Faculdade de Belas-Artes. Esta exposição terá um primeiro núcleo com mobiliário construído pela Ana Mestre, e um segundo núcleo que funcionará como um laboratório interdisciplinar, onde teremos outras Escolas a mostrar o trabalho que têm desenvolvido em torno da circularidade e da sustentabilidade. Um mês depois, abriremos um laboratório mais criativo onde decorrerão



1. Pátio interior © ULisboa
2. Auditório © Rúben Ferreira

«O objetivo deste espaço é pensar as grandes questões do nosso tempo e como o conhecimento, a cultura e a ciência podem servir de alavanca para prepararmos melhor o futuro.»

**«Por mais que sonhe, há coisas impraticáveis.
Não perco muito tempo a pensar em coisas
que não consigo concretizar.»**

workshops para famílias, ainda dentro desta temática. Vamos organizar uma Feira do Livro com a presença da Imprensa da Universidade de Lisboa e editoras de outras Escolas, planeada para abril. Este ano vamos fazer uma pausa no FATAL – Festival Anual de Teatro Académico de Lisboa para o repensar e melhorar. Queremos voltar em 2027 com uma edição mais robusta. Em relação aos eventos programados, falta falar de um importantíssimo. Chamar-se-á *Experimenta o Futuro* e vai celebrar um ano de reabertura do Pavilhão de Portugal. Queremos que se torne anual. Teremos uma semana de programação cultural, científica e orientada para o ensino. Algumas iniciativas do programa já estavam planeadas, oriundas de projetos como o Sucesso Académico ou Saúde e Bem-Estar, ou o 3 Minutos de Tese. Na programação cultural teremos os grupos de teatro a fazer teatro imersivo e traremos de volta os Concertos à Pala.

ULISBOA Não estando nos *campi* da ULisboa, de que modo o Pavilhão pretende atrair a comunidade estudantil? E como podem os estudantes usar este espaço?

RTR Desde que começámos a pensar o Pavilhão de Portugal esse foi um eixo fundamental. Esta é a casa dos nossos professores, investigadores, colaboradores e estudantes. Criámos, para isso, as *Alumnights*. Todos os meses desafiamos uma Escola da ULisboa a construir um desenho de evento. Já houve programas muito diversos, desde *workshops* a conver-

sas, exposições, momentos musicais, culturais. Essa é a grande riqueza do evento. É criado em conjunto e em cada edição reinventa-se, de acordo com a Escola com que o estamos a construir. Temos conseguido trazer muitos estudantes para o Pavilhão. No que diz respeito à Biblioteca e à sala de estudo aberta 24 horas não necessitámos de uma estratégia de captação de pessoas porque, no dia anterior à inauguração, a sala já tinha estudantes. Souberam que ia abrir, experimentaram, a porta estava aberta, foram entrando e por lá ficaram. Não estamos no coração da Cidade Universitária, mas a Universidade de Lisboa é grande e tem uma dispersão gigantesca pela cidade. Estamos perto de um dos polos da ESEUL e há muitos estudantes que vivem nesta zona. O espaço de estudo está aberto a qualquer estudante universitário, nacional ou internacional, e tem estado sempre cheio.

ULISBOA Quem tem requisitado o Centro de Congressos e qual o tipo de iniciativas?

RTR As mais diversas. Já tivemos vários eventos das nossas Escolas, como a comemoração do bicentenário das Faculdades de Medicina de Lisboa e do Porto ou conferências organizadas por centros de investigação. Temos recebido muitas solicitações para eventos externos. Realizou-se aqui uma cimeira europeia dedicada ao futuro digital, trazida pela Startup Portugal, que também tem a sua sede aqui no Pavilhão. Tivemos encontros da UNESCO.

E temos também encontros de entidades privadas, como a Impresa, a KPMG, o Turismo de Portugal.

ULISBOA Quais os critérios de seleção das propostas de utilização dos espaços?

RTR O único critério de exclusão são as questões mais sensíveis. Temos tentado manter o edifício apolítico. Congressos políticos e atividades afins não fazem muito sentido aqui, sobretudo se forem só de um partido. Por outro lado, no dia do apagão, em 2025, realizar-se-ia aqui o debate dos dois principais candidatos às legislativas. Tratava-se de um exercício de reflexão democrática, e tal fazia sentido. A prioridade é sempre a nossa casa, iniciativas vindas das nossas Escolas. A seguir a isso, as pressões de sustentabilidade de gestão deste edifício são muitas e nós queremos o espaço cheio, dinamizado e com vida cá dentro. Tudo o que não fira suscetibilidades, que não seja uma ofensa à sociedade e à vida democrática, tem espaço connosco.

ULISBOA Como medem o impacto de um evento realizado no Pavilhão de Portugal?

RTR Ainda não temos medidores desse impacto. A medição possível é a aferição da satisfação das pessoas com o evento que realizaram connosco, numa série de frentes, desde os espaços físicos, as ligações de internet, o mobiliário, o apoio da equipa, etc. Temos ainda outros medidores de impacto, como o número de eventos ou a faturação, surpreendente para o pouco tempo que tivemos até agora.



Rita Tomé, diretora executiva do Pavilhão de Portugal © Duarte Pinheiro

Em 2025, tivemos 57 eventos. Mal o edifício abriu, a procura foi brutal. O desafio agora é criar estes mecanismos de aferição da satisfação para irmos melhorando e sustentar isso no tempo. É, de resto, um sítio privilegiado, sobretudo se pensarmos em iniciativas internacionais: estamos a cinco minutos do aeroporto, numa zona dotada de transportes públicos e de infraestrutura hoteleira e comercial.

ULISBOA E o público?

RTR Temos tido uma adesão boa tendo em conta que era um sítio desconhecido a um conjunto muito alargado de pessoas, que esteve fechado durante muito tempo, mas temos de ser mais ambiciosos. Não somos ainda conhecidos como um espaço vocacio-

nado para exposições. Temos de fazer esse caminho. Fazermos aqui exposições grandes e de grande impacto facilitar a consolidação de públicos.

ULISBOA Se pudesse trazer um projeto de sonho para o Pavilhão de Portugal qual seria?

RTR Percebo a pergunta. É pensamento divergente, ir à Lua e voltar. Mas ir à Lua e voltar é um exercício que, neste meio, aprendi que tem de ser feito com conta, peso e medida. Por mais que sonhe, há coisas impraticáveis, porque não se tem equipa, não se tem orçamento... Não tenho uma resposta fácil porque não perco muito tempo a pensar em coisas que não consigo concretizar. Estou muito feliz com o que temos conseguido fa-

zer com o Pavilhão de Portugal. Temos conseguido que seja um espaço onde as pessoas de toda a comunidade académica e as pessoas de fora vêm e se sentem bem. Temos sido cumpridores do princípio: «É para todos.» E temos conseguido cumprir o denominador de mostrar a Universidade de Lisboa, o conhecimento que nela está a ser gerado e o impacto que pode ter no mundo lá fora. O único sonho que tenho não é de muita grandeza, é só que ele esteja cheio de gente e de coisas a acontecer. Foi para isso que pegámos nele e o devolvemos à cidade, para ser uma casa de portas abertas para quem nos queira visitar. Se conseguirmos isso, não sendo um sonho de ir à Lua e voltar, já é um bom objetivo cumprido. •



MARIANA LIZ LÊ

BUSCAS DA FELICIDADE

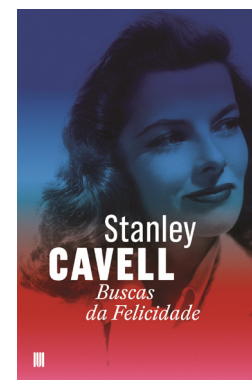
Em *Buscas da Felicidade: A Comédia de Recasamento em Hollywood* são analisados sete filmes do cinema clássico produzidos nas décadas de 1930 e 1940. A análise de cada filme ocupa e nomeia os sete capítulos da obra. Ainda assim, as «leituras» (p. 14) dos sete filmes, em que se entrelaçam outros títulos, são apresentadas como um conjunto. Stanley Cavell (1926-2018) foi o primeiro filósofo do mundo anglo-saxónico a estudar cinema, tendo incluído, pela primeira vez na Universidade de Harvard, filmes como objeto de estudo num curso de Filosofia. Como outros filósofos que escreveram sobre cinema no século XX, incluindo Henri Bergson e Gilles Deleuze, Cavell estava menos interessado na imagem enquanto categoria estética e mais na imagem enquanto recurso que gera pensamento, argumentando que «o cinema existe num estado de filosofia» (p. 30).

O seu trabalho não foi bem recebido por quem, na emergente disciplina dos Estudos Fílmicos, queria não apenas *pensar com* a imagem, mas, desde logo, *pensar a* imagem. Apesar disto, Cavell desenvolveu uma filosofia do cinema sem cair na célebre crítica de Richard Dyer (2023): «Film Studies without films.» Segundo Cavell, o cinema não é irrelevante a ponto de não poder ser estudada a sua relação com o pensamento. Ao mesmo tem-

po, estudar cinema sob uma perspetiva filosófica não torna o ver cinema pouco apelativo. Para Cavell, assumidamente filósofo e cinéfilo, «[u]ma leitura de um filme estabelece um apelo contínuo à experiência de um filme» (p. 26). É neste sentido que apresenta a crítica «enquanto extensão natural da conversação» (p. 22). Além disso, não ignora que a história do século XX, como a própria história do cinema, tem impacto na forma como os filmes são recebidos. Por isso mesmo se refere à importância da Grande Depressão ou sublinha o papel da figura feminina nas comédias que examina.

«Existirá alguma objeção honesta a um estudo sério e humanístico do cinema?» (p. 351), pergunta-se em *Buscas da Felicidade*. A resposta surge de uma posição pessoal, na qual Cavell se apresenta «como professor» e «como defensor do cinema» (p. 358). Num país em que os Estudos Fílmicos tardam em afirmar-se e num meio académico em que não existem cursos com este título, a pergunta não é irrelevante nem está desatualizada. Ao traduzir para português uma das obras canónicas de Cavell, a Imprensa da Universidade de Lisboa divulga um texto que, não oferecendo uma resposta decisiva, problematiza, de forma exemplar, o valor do estudo do cinema. •

IUI
IMPRENSA
DA UNIVERSIDADE
DE LISBOA



BUSCAS DA FELICIDADE

Stanley Cavell

Tradução:

Ana Isabel Soares

ISBN: 978-989-8928-44-3

Junho de 2022

PVP: 21,90 €

376 páginas



FEIRA DO
LIVRO

UNIVERSIDADE DE LISBOA

21 - 26 ABRIL '26

PAVILHÃO DE PORTUGAL

U LISBOA

UNIVERSIDADE
DE LISBOA

Artigo 73.º

EDUCAÇÃO, CULTURA E CIÊNCIA

1. Todos têm direito à educação e à cultura.
2. O Estado promove a democratização da educação e as demais condições para que a educação, realizada através da escola e de outros meios formativos, contribua para a igualdade de oportunidades, a superação das desigualdades económicas, sociais e culturais, o desenvolvimento da personalidade e do espírito de tolerância, de compreensão mútua, de solidariedade e de responsabilidade, para o progresso social e para a participação democrática na vida coletiva.
3. O Estado promove a democratização da cultura, incentivando e assegurando o acesso de todos os cidadãos à fruição e criação cultural, em colaboração com os órgãos de comunicação social, as associações e fundações de fins culturais, as coletividades de cultura e recreio, as associações de defesa do património cultural, as organizações de moradores e outros agentes culturais.
4. A criação e a investigação científicas, bem como a inovação tecnológica, são incentivadas e apoiadas pelo Estado, por forma a assegurar a respetiva liberdade e autonomia, o reforço da competitividade e a articulação entre as instituições científicas e as empresas.

Artigo 74.º

ENSINO

1. Todos têm direito ao ensino com garantia do direito à igualdade de oportunidades de acesso e êxito escolar.
2. Na realização da política de ensino incumbe ao Estado:
 - a) Assegurar o ensino básico universal, obrigatório e gratuito;
 - b) Criar um sistema público e desenvolver o sistema geral de educação pré-escolar;
 - c) Garantir a educação permanente e eliminar o analfabetismo;
 - d) Garantir a todos os cidadãos, segundo as suas capacidades, o acesso aos graus mais elevados do ensino, da investigação científica e da criação artística;
 - e) Estabelecer progressivamente a gratuidade de todos os graus de ensino;
 - f) Inserir as escolas nas comunidades que

servem e estabelecer a interligação do ensino e das atividades económicas, sociais e culturais;

- g) Promover e apoiar o acesso dos cidadãos portadores de deficiência ao ensino e apoiar o ensino especial, quando necessário;
- h) Proteger e valorizar a língua gestual portuguesa, enquanto expressão cultural e instrumento de acesso à educação e da igualdade de oportunidades;
- i) Assegurar aos filhos dos emigrantes o ensino da língua portuguesa e o acesso à cultura portuguesa;
- j) Assegurar aos filhos dos imigrantes apoio adequado para efetivação do direito ao ensino.

Artigo 75.º

ENSINO PÚBLICO, PARTICULAR E COOPERATIVO

1. O Estado criará uma rede de estabelecimentos públicos de ensino que cubra as necessidades de toda a população.
2. O Estado reconhece e fiscaliza o ensino particular e cooperativo, nos termos da lei.

Artigo 76.º

UNIVERSIDADE E ACESSO AO ENSINO SUPERIOR

1. O regime de acesso à Universidade e às demais instituições do ensino superior garante a igualdade de oportunidades e a democratização do sistema de ensino, devendo ter em conta as necessidades em quadros qualificados e a elevação do nível educativo, cultural e científico do país.
2. As universidades gozam, nos termos da lei, de autonomia estatutária, científica, pedagógica, administrativa e financeira, sem prejuízo de adequada avaliação da qualidade do ensino.

Artigo 77.º

PARTICIPAÇÃO DEMOCRÁTICA NO ENSINO

1. Os professores e alunos têm o direito de participar na gestão democrática das escolas, nos termos da lei.
2. A lei regula as formas de participação das associações de professores, de alunos, de pais, das comunidades e das instituições de carácter científico na definição da política de ensino.